

Governo já tem projeto sobre propaganda



Senador José Sarney

BRASILIA (O GLOBO) — O presidente do PDS, senador José Sarney, informou ontem, logo depois da reunião da cúpula política do Governo com o presidente João Figueiredo, que o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, já elaborou o anteprojeto de nova lei sobre o acesso de partidos e candidatos ao rádio e à televisão. O projeto revoga toda a legislação em vigor relativa à propaganda eleitoral.

Estiveram presentes à reunião, além do presidente Figueiredo, do ministro Abi-Ackel e do senador Sarney, o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ministro Golbery do Couto e Silva, e os líderes do PDS na Câmara e no Senado, Néelson Marchezan e Jarbas Passarinho.

A primeira parte da reunião foi dedicada ao exame do trabalho de estruturação do Partido Democrático Social. Na segunda parte, examinou-se o projeto de nova lei sobre o uso do rádio e da televisão.

EXAME

O senador José Sarney disse que o projeto será submetido aos líderes dos partidos no Congresso, para receber sugestões. Disse mais que essas consultas serão feitas pelo ministro Abi-Ackel e também pelos líderes do PDS, que terão encontros com os dirigentes oposicionistas.

A idéia do ministro da Justiça é

apresentar um projeto o mais amplo possível sobre a utilização dos meios de comunicação pelos partidos e candidatos, durante campanha eleitoral ou fora dela. Nesse sentido, prevê-se a abertura de tempo no rádio e na televisão para o debate entre líderes partidários sobre temas políticos, econômicos e sociais.

O acesso dos candidatos durante as campanhas eleitorais será feito diretamente, ao vivo, sem censura. Os candidatos terão o acesso controlado pelos partidos, que determinarão o tempo que cada um poderá dispor. Sarney disse ainda que não foi decidido quais os critérios que serão utilizados para a divisão do tempo entre os partidos.

— E preciso entender que a lei é de todos os partidos políticos e não do partido do Governo. Assim, a distribuição de tempo, os critérios a serem usados para o acesso ao rádio e à televisão, serão decididos de comum acordo pelos partidos — disse o presidente do PDS.

Segundo Sarney, “a nova lei vai consolidar toda a legislação relativa à propaganda eleitoral e partidária”.

— O projeto — concluiu — será muito mais abrangente do que a Lei Falcão. Vai revogar não só esta lei como todos os dispositivos e todas as leis relativas à propaganda eleitoral.

política